

Associações Profissionais de Militares



ANS



Associação de Oficiais
das Forças Armadas



AP

ENCONTRO DE MILITARES (2013MAR06)

RESOLUÇÃO

- Considerando que documentos, com a maior importância para as Forças Armadas e os militares, estão a ser alvo de notícias por parte de órgãos da comunicação social sem o indispensável enquadramento conceptual ou a apresentação dos respectivos fundamentos, tendo quase certamente a montante propósitos não declarados de promover a degradação da condição militar e de afectar a capacidade das Forças Armadas;
- Considerando que o Sr. Ministro da Defesa Nacional (MDN) vem confirmando a existência desses documentos - alguns deles sustentados em alegadas avaliações com origem em actores que desconhecem a realidade militar - através de intervenções públicas, aliás caracterizadas por uma grande ambiguidade, afirmando, por um lado, que se trata de estudos que aguardam decisão, mas, por outro, defendendo intransigentemente, algumas das suas linhas mestras;
- Considerando que essa defesa, protagonizada pelo Sr. MDN, que aliás se furta ao contraditório, se caracteriza por uma inaceitável e repetitiva argumentação baseada na proclamada necessidade de reduzir pessoal, sem dar a conhecer o racional que a justifique e à margem do ciclo estratégico que se encontra por concluir;
- Considerando a afirmação de que tais reduções são indispensáveis para libertar verbas destinadas ao acréscimo da capacidade operacional, processo que objectiva e muito pouco seriamente se vem repetindo há demasiados anos, sendo as poupanças assim geradas de imediato absorvidas pela diminuição verificada em sucessivos Orçamentos, permitindo retomar o mesmo argumento, numa lógica que nos levará a ouvir um dia o Sr. MDN afirmar que o pessoal consome 100% do orçamento;
- Considerando que as reduções operadas nos efectivos em RV e RC permitem, depois, apresentar rácios entre as categorias de oficiais, sargentos e praças favoráveis a novas reduções, agora nas categorias superiores;
- Considerando que a redução das verbas põe inclusivamente em causa, para além da capacidade operacional e de tudo o mais, o regular exercício da formação e treino, o que pode ocasionar o surgimento de acidentes;
- Considerando que as reduções de verbas e de pessoal põem em risco o cumprimento das missões constitucionalmente cometidas às Forças Armadas, conforme vem sendo unanimemente reconhecido por ilustres especialistas e confirmado pela realidade de factos indesmentíveis;
- Considerando que os cada vez mais escassos direitos que deviam servir de contrapartida ao leque vastíssimo de restrições e deveres a que se encontram sujeitos, uns e outros consagrados na Lei nº 11/89, “Bases gerais do estatuto da condição militar”, se vêm degradando de forma célere, nomeadamente nas áreas da Saúde e da Assistência na Doença e nos cortes nos rendimentos, quer sejam remunerações ou pensões, sem esquecer a questão das carreiras, determinando essa degradação danos pessoais ou familiares, por vezes dramáticos, e, com isso, retirando aos militares a tranquilidade indispensável ao cumprimento das missões ou a uma última etapa da vida em consonância com os sacrifícios que o serviço da Pátria impôs;

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780-064 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-Mail: geral@aofa.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt

Associações Profissionais de Militares



ANS

AOFA



AOFA



AP

Os militares dos Quadros Permanentes (QP), nas situações de activo, reserva e reforma, e em Regime de Voluntariado (RV) e de Contrato (RC), reunidos no Pavilhão de Desportos de Almada, para debaterem as medidas ditas de austeridade que lhes têm vindo a ser impostas e os problemas com que são confrontados, sem esquecerem os seus concidadãos, que vêm sendo igualmente confrontados com enormes sacrifícios que parecem não ter fim, aos quais transmitem toda a sua fraterna solidariedade, decidem o seguinte:

- Lembrar que os militares nunca procuraram eximir-se aos sacrifícios impostos a quase todos os portugueses, mas que continuam a considerar indispensável que a equidade presida à distribuição dos correspondentes esforços;
- Levar ao conhecimento da opinião pública que, com a descaracterização e desarticulação das Forças Armadas em curso, está a pôr-se em causa um pilar fundamental do Estado, último garante dos Superiores Interesses Nacionais;
- Manifestar indignação pela forma como o Sr. MDN actua e permite que se actue perante a opinião pública, esquecendo o dever de tutela, que, para os militares, é sagrado;
- Considerar como uma autêntica exigência nacional a necessidade de se pôr cobro às gravosas medidas de que são alvo as Forças Armadas e os militares.

Para isso, mandatam as Associações Profissionais de Militares (APM) para:

- No próximo dia 20 de Março, a partir das 17H30, procederem à entrega da presente Resolução na Residência Oficial do Sr. Primeiro-Ministro, convocando uma Concentração de Militares para o mesmo local e hora, como símbolo do estado de espírito que os leva a essa diligência, apelando desde já aos que participam neste Encontro para que nela compareçam;
- Em função da resposta do poder político, prosseguirem nas acções e iniciativas eventualmente consideradas necessárias para que os objectivos traçados possam ser atingidos.

As APM

ANS _____

AOFA _____

AP _____

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-Mail: aofa@sapo.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt